

CLIPPING IMPRESSO

05/05/2022



INDICE

1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1 - 2
2. CONVÊNIOS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	3
3. DECISÕES	
3.1. JORNAL EXTRA.....	4 - 5
3.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	6 - 7
4. DESEMBARGADOR	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	8
5. INSTITUCIONAL	
5.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	9 - 10
6. PRESIDÊNCIA	
6.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	11
6.2. JORNAL O PROGRESSO.....	12 - 13
7. PUBLICIDADE LEGAL	
7.1. JORNAL PEQUENO.....	14

Tribunal de Justiça manda prefeitura “tacar” falta em professores grevistas

PÁGINA 2

Tribunal de Justiça manda prefeitura “tacar” falta em professores grevistas

PARTE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LUÍS ESTÁ PARADAHÁ QUASE UM MÊS. ELES EXIGEM 17,62% DE REAJUSTE SALARIAL



OS PROFESSORES INICIARAM A GREVE NO MÊS DE ABRIL E ATÉ AGORA, GRANDE PARTE DELES AINDA CONTINUA SEM DAR AULAS

Nessa terça-feira (3), a desembargadora Francisca Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), confirmou, em nova decisão, que autorizou a Prefeitura de São Luís a descontar os dias de faltas dos professores da rede municipal de ensino que insistem em manter a greve já considerada ilegal pela própria magistrada.

Ela negou pedidos do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação) para que fossem suspensos ou suspensos os efeitos do ato de convocação para que os servidores retornassem aos seus postos de trabalho a partir do dia 26 de abril; para que o Município fosse obrigado a não descontar os dias de falta dos grevistas; e para que eventuais faltas injustificadas, sanções ou penalidades não fossem lançadas no histórico funcional.

Parte dos professores está parada desde o mês passado. Eles exigiam reajuste linear de pouco mais de 33% para toda a categoria, mas já baixaram a pedida para 17,62%. O município oferece aumento de 10,06%.



LITERATURA

Seabra e Maria Helena, registro para a vida

Um livro para deixar vivas as memórias das vidas de Seabra e Maria Helena. Maria da Salette, a mais velha, dentre os 5 filhos do casal, lança nesta quinta-feira, 5, o livro “Seabra e Maria Helena” (Edições AMEI), na Associação dos Magistrados do Maranhão (Avenida Luís Eduardo Magalhães, Calhau), às 19h.

PÁGINA 7

LANÇAMENTO

Seabra e Maria Helena, registro para a vida



A OBRA CONTA A HISTÓRIA DO CASAL DE SERTANEJOS QUE NASCEU NA CIDADE DE MIRADOR, INTERIOR DO MARANHÃO

PATRICIA CUNHA

Um livro para deixar vivas as memórias das vidas de Seabra e Maria Helena. Maria da Salete, a mais velha, dentre os 5 filhos do casal, lança nesta quinta-feira, 5, o livro “Seabra e Maria Helena” (Edições AMEI), na Associação dos Magistrados do Maranhão (Avenida Luís Eduardo Magalhães, Calhau), às 19h.

A ideia de escrever uma obra reve-renciando a vida dos pais foi maturada durante o período pandêmico causado pela Covid-19, no intuito de racionalizar o tempo de isolamento obrigatório.

“Dei asas a um propósito antigo, a mim imposto por dever e gratidão, o de registrar para filhos, netos, bisnetos, sobrinhos e os que ainda vierem na linha sucessória de meus pais, Seabra e Maria Helena”, disse Maria da Salete.

Seabra e Maria Helena foram dois sertanejos, nascidos em Mirador (MA), que, segundo Maria da Salete,

“construíram com responsabilidade e amor uma família, apesar de todos os obstáculos e carências dos grotões maranhenses da segunda metade do século XX”.

A expectativa neste seu primeiro livro, é grande. “Espero que o lançamento seja participado por familiares e amigos, que o livro alcance bastantes leitores e sirva de motivação para muitos não deixarem apagar as lutas, os amores, as dores, as alegrias e as conquistas de suas famílias”, comenta.

O texto da orelha do livro ficou a cargo da neta de Maria da Salete, Letícia Carvalho. Bisneta do casal, Letícia escreveu que a obra é “mais que uma história da nossa família, é a saga histórica de tantas admiráveis famílias do Nordeste brasileiro, contextualizada com primor numa época, sociedade, economia e cultura de um Brasil real que a minha geração não conheceu”.

A autora

Nessa primeira obra, a escritora buscou imprimir a verdade dos fatos, embasando conflitos e mediações, sem se afastar da subjetividade do seu olhar sobre a vida, as causas e as ideias, que lhe são próprias.

Maria da Salete se considera provinciana. Nascida em Tuntum, há sete décadas, muito cedo veio estudar em São Luís. cursou Letras e depois Direito. Foi professora, bancária e, depois da aposentadoria, advogada. Se considera fascinada pela língua portuguesa.

“Mas, antes de tudo, tenho-me por alguém sensível, amiga e com grande capacidade de amar”, define-se.



Mesmo com possível corte de ponto, professores prometem intensificar a greve

PÁGINA 4

EDUCAÇÃO

Professores vão intensificar a greve

Sem acordo entre as partes, profissionais da rede municipal de ensino da capital maranhense pretendem seguir com a greve, iniciada no dia 18 de abril

Os profissionais da rede municipal de ensino afirmaram que vão intensificar o movimento grevista, que completa neste 5 de maio, 18 dias. Na última audiência de conciliação com a Prefeitura de São Luís, mediada pelo Ministério Público, o executivo municipal manteve a proposta de 10,06% de reajuste, o que foi recusado pela categoria em assembleia. O Sindicato que representa a categoria, o Sindeducação, afirmou que os profissionais não vão recuar.

A contraproposta apresentada pelo Sindeducação foi de 17,62%, aprovada após deliberação da categoria, após estudo técnico contratado pelo Sindeducação com base nos dados orçamentários do município de São Luís. Na audiência anterior, o Ministério Público levantou a possibilidade de a prefeitura conceder 14,57% de reajuste, a partir de estudo feito pela sua assessoria técnica.

Após a audiência, a secretária municipal de Educação, Caroline Salgado, informou na rede social da Secretaria Municipal de Educação: “Como encaminhamento, o Ministério Público recomendará ao município a implantação do percentual de 10,06% aos professores, mediante envio de projeto de lei à Câmara de Vereadores. O Ministério Público solicitou também ao Sindeducação, a suspensão do movimento, tendo em vista que o diálogo permanecerá aberto com os professores. Esperamos que os professores cheguem a um entendimento para que não haja maiores prejuízos aos nossos estudantes”.



OS PROFESSORES DA CAPITAL MARANHENSE ESTÃO EM GREVE DESDE O DIA 18 DE ABRIL

O Sindeducação, em nota, informou que “O MPMA apenas sugeriu que a categoria poderia suspender a greve até a volta das negociações. O Sindeducação reforçou na reunião que tal decisão caberia exclusivamente à categoria”. A decisão foi pela manutenção da greve. O Sindicato informou ainda que novos atos serão organizados para os próximos dias.

Corte do ponto

Outro assunto abordado na reunião no Ministério Público, foi sobre o despacho da desembargadora do Tribunal de Justiça, Francisca Galiza, autorizando a Prefeitura de São Luís a descontar os dias de falta dos profes-

sores da rede municipal, além de processos administrativos. No dia 25 de abril a Prefeitura Municipal de São Luís fez uma convocação, no Diário Oficial, para que os professores retornassem ao trabalho na terça, 26, sob pena de terem suas faltas descontadas. Os professores

O Sindeducação lembra que na própria decisão da desembargadora diz que o verbo autorizar difere do verbo determinar. “A determinação de inserir os descontos nas remunerações dos servidores grevistas partiu do município de São Luís, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação”, informou o assessor jurídico do Sindeducação, Eduardo Corrêa.

Comissões da Câmara reúnem-se para discutir o Plano Diretor da Capital

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, Osmar Filho (PDT), se reuniu na última segunda-feira (2), com presidentes das comissões temáticas do Legislativo para debater o projeto de lei do novo Plano Diretor, que tramita na Casa desde 2020, após a retirada de tramitação, a pedido do promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, Luís Fernando Barreto Júnior. PÁGINA 3

CÂMARA DE SÃO LUÍS

Comissões reúnem-se para discutir Plano Diretor

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, Osmar Filho (PDT), se reuniu na última segunda-feira (2), com presidentes das comissões temáticas do Legislativo para debater o projeto de lei do novo Plano Diretor, que tramita na Casa desde 2020, após a retirada de tramitação, a pedido do promotor de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, Luís Fernando Barreto Júnior.



A reunião contou com presença dos presidentes das comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Raimundo Penha (PDT); Mobilidade Urbana, Astro de Ogum (PCdoB); Saúde e Meio Ambiente, Umbelino Júnior (PL); Economia e Trabalho, Edson Gaguinho (União Brasil), Orçamento, Marquinho Silva (União Brasil); e Assuntos Metropolitanos, Thyago Freitas (PL).

Na ocasião, Osmar Filho explicou que em 2020, o integrante do Ministério Público, apresentou propostas de adequação do projeto de revisão do Plano Diretor da capital ao Estatuto da Cidade e a outras legislações ambientais relacionadas. Na época, segundo foi explicado, a proposição do órgão ministerial foi entregue ao ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vereador Pavão Filho, e deveria ser integrada ao projeto de lei nº 174/2019, de autoria do Executivo Municipal, que trata do novo Plano

Diretor. “Na avaliação do promotor de justiça, o projeto de lei continha “omissões técnicas e equívocos legais” e necessitava passar por correção das falhas, sobretudo as relacionadas com os mapas de macrozoneamento, o que poderia resultar na rejeição integral do Plano Diretor ou na judicialização com possível declaração de nulidade”, explicou Osmar, segundo vereadores que participaram da reunião.

O vereador Edson Gaguinho elogiou a iniciativa do chefe do Legislativo em convocar os presidentes dos colegiados da Casa para discutir em conjunto um cronograma para realizar o acompanhamento e atualização das diretrizes e dos instrumentos de implementação da política urbana municipal.

Plano Diretor

O Plano Diretor é uma exigência da lei federal que criou o Estatuto da Cidade e serve como instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Ele é composto por um conjunto de princípios e regras orientadoras de ações nas áreas urbana e rural, a fim de garantir os serviços públicos e assegurar melhores condições à população e ao meio ambiente.

Os estudos e audiências públicas que resultaram na proposta do novo Plano Diretor da capital maranhense foram iniciados ainda em 2019. Ele foi elaborado com a participação da comunidade em geral, da sociedade civil organizada e de servidores públicos.

Um dos problemas apontados pelo promotor de justiça Fernando Barreto Júnior estava no mapa de macrozoneamento ambiental, que reconhecia como edificáveis áreas de dunas que foram indevidamente ocupadas e cujas construções encontram-se, em grande parte, judicializadas nos âmbitos da Justiça federal e da estadual.

“O reconhecimento de que áreas de dunas foram indevidamente objeto de edificações e que, mesmo assim, seriam agora classificadas como edificáveis esbarra na Súmula nº 613 do Superior Tribunal de Justiça, que veda o fato consumado em matéria ambiental”, observa.

Perímetro Urbano

No que se refere ao aumento do perímetro urbano de São Luís inserido no projeto, o Ministério Público identificou “grave omissão técnica”, ao descumprir regras de conteúdo mínimo previstas nos artigos 42-A e 42-B do Estatuto da Cidade. O perímetro urbano é o limite que separa a área urbana da área rural no território de um município.

Em relação ao artigo 42-A, os mapas apresentados pelo Poder Executivo não indicam as áreas de risco de inundação e deslizamentos, embora o Estatuto da Cidade determine que os planos diretores contenham obrigatoriamente essa informação, para que sejam evitados riscos de acidentes.

Quanto ao artigo 42-B foi observado que não constam dos mapas os parâmetros mínimos definidos nos incisos II a VI para indicar um novo perímetro urbano. Apenas o inciso I é obedecido pelo projeto. “A expansão legal do perímetro urbano depende de lei específica que contenha essas informações. O projeto apresentado pelo Executivo não as contém e, por se tratar de matéria estritamente técnica com dados cartográficos em escalas bem detalhadas, não é permitida a alteração por emenda parlamentar”, alertava, à época, o promotor de justiça. Após os apontamentos, a norma foi devolvida ao Executivo para as devidas correções e retornou novamente ao Legislativo para cumprir sua tramitação visando sua aprovação em plenário

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Visão renovada

Eleito com folga para presidente do TJ-MA, o desembargador Paulo Velten, procedente da carreira de advogado, indicado pela OAB, é um magistrado que age sem arrogância na toga, sem grupismo e tem obsessão pelo trabalho rigoroso e pelos estudos atualizados.

Presidente Paulo Velten anuncia eixos da nova gestão do TJMA

Em sua primeira sessão plenária à frente do Tribunal, desembargador destacou Governança, Resolutividade, Integridade e Transparência como princípios fundamentais no biênio 2022-2024

Na primeira sessão como presidente do TJMA, o desembargador reforçou o compromisso assumido perante o colegiado e a sociedade na solenidade de posse da mesa diretora, no dia 29 passado

Em sua primeira sessão plenária administrativa como presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Paulo Velten apresentou aos demais membros da Corte os quatro eixos temáticos norteadores da nova gestão. Governança, Resolutividade, Integridade e Transparência são considerados princípios fundamentais para o sucesso do Judiciário maranhense no biênio 2022-2024.

Ao agradecer a confiança depositada pelos desembargadores do Tribunal, para que exerça o mandato de presidente nos próximos dois anos, o desembargador reforçou o compromisso assumido perante o colegiado e a sociedade, na solenidade de posse da mesa diretora no dia 29 passado, e apresentou o que, tal qual no período em que esteve à frente da Corregedoria, concebeu como eixos fundamentais da gestão.

Paulo Velten destacou que, alinhados com os macrodesafios do plano estratégico do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, tais eixos nortearão as ações da Presidência e de toda a estrutura a ela subordinada, “como um verdadeiro norte, a indicar o propósito que cada diretor, cada liderança, deverá ter em conta na tomada de qualquer iniciativa ou na prática de algum ato”.

GOVERNANÇA

O presidente do TJMA disse que o primeiro eixo, da Governança, é de fundamental importância para a execução de projetos estratégicos e implementação de ações focadas no constante aprimoramento e controle da atividade.

“Tudo a partir da construção de um espírito de equipe, da valorização e do aumento das competências de gestão por nossos juízes auxiliares e servidores, para postos-chave, entre o qualificado quadro de pessoal efetivo do Tribunal, com o reforço pontual de quadros de alta capacidade com experiências em outros poderes, a partir de sua expertise técnica”.

RESOLUTIVIDADE

De acordo com o desembargador, o eixo Resolutividade tem por escopo a melhora geral da performance de trabalho, com um significativo aumento da produtividade e o desenvolvimento de uma administração orientada por e para resultados, em conformidade com as metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Ao se referir aos problemas de ‘um mundo de papel, o genial Rubem Braga lembrou de um alto servidor que mandou afixar em sua repartição um conselho aos funcionários: ‘Não basta despachar o papel, é preciso resolver o caso’”, citou Paulo Velten.

O presidente lembrou que, ainda que o “papel” tenha sido substituído pelo documento digitalizado, essa filosofia resolutiva segue presente no trabalho, orienta ações e está conectada com o

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 16 da Agenda Global 2030, voltado para proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

“Eficácia diz respeito a resultado, a funcionamento. Para cumprir de modo eficiente e eficaz sua missão, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão precisa enfrentar as fraquezas identificadas em sua atuação, bem como evitar que se concretizem as ameaças que rondarem a boa adequada prestação jurisdicional, em ambos os graus de jurisdição”, enfatizou o presidente.

INTEGRIDADE

Paulo Velten disse que o terceiro eixo da gestão, Integridade, “nos anima a efetivar e ampliar a cultura de compliance, com o que damos o exemplo, a partir de nossa casa, fomentando um ambiente de legalidade, de probidade dos atos e de proteção dos direitos dos magistrados, servidores e usuários dos serviços da Justiça, conforme os ditames da Constituição”.

O magistrado frisou que experiências internacionais e de outros órgãos da estrutura do Estado brasileiro têm demonstrado que o fortalecimento das funções diretiva e de controle tem como pressuposto básico a integridade, por meio da qual se confere legitimidade ao exercício da função pública, internalizando preceitos éticos tanto na conduta como na vida de relações.

“É também por meio da integridade em nosso universo laboral que melhoramos a percepção pública da sociedade sobre o Judiciário, gerando maior confiança da população nas instituições da Justiça”, elogiou.

TRANSPARÊNCIA

O quarto e último eixo, a Transparência, prosseguiu Velten. “está presente na visibilidade que procuramos dar às ações da instituição, ampliando e atualizando a nossa comunicação interna, com as unidades judiciais, e externa, sobretudo esta, que é a comunicação realizada em face de outros órgãos e da própria sociedade, com a qual, historicamente, o Poder Judiciário sempre teve maior dificuldade de diálogo”.

O presidente disse que, visando, ainda, ao aperfeiçoamento dessa interlocução, a nova gestão desenvolverá uma Política de Comunicação do Poder Judiciário do Maranhão, a fim de instituir procedimentos e aprimorar o processo de comunicação, ampliando os canais de relacionamento, especialmente, com o uso adequado das redes sociais e de outras ferramentas tecnológicas, além dos meios tradicionais de comunicação.

“Buscaremos a impessoalidade, optando por uma linguagem mais fluida e menos técnica, capaz de ser compreendida pelo cidadão comum, com o que, seguindo o norte fixado por Boaventura de Sousa Santos, em sua celebrada obra ‘Para uma revolução democrática da Justiça’, construímos uma relação mais virtuosa entre a Justiça e a comunicação social, pois ‘numa sociedade info-democrática, dizia o mestre de Coimbra, a adminis-

tração da justiça será tanto mais legitimada pelos cidadãos quanto mais conhecida e reconhecida por for eles”.

MAIS ÁGIL

Na sequência, ao se dirigir a seus pares na Corte, o presidente disse ser preciso reforçar a esperança em dias melhores, entregar um Judiciário menos congestionado, mais ágil, cooperativo, capaz, no mínimo, de permitir a previsão de tempo de resposta e de se comprometer com um processo de resultado, de fornecimento da solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, sem descuidar de uma atuação pautada pela boa-fé, integridade, ética e humanismo.

Para isso, adiantou que a gestão estará integralmente programada para realizar a missão institucional do TJMA, tanto mais na quadra atual, em que o funcionamento das instituições do Estado ainda se vê afetado pelas sequelas sociais, econômicas, ambientais e jurídicas deixadas pela pandemia do coronavírus, “que felizmente vamos conseguindo superar; e que valores humanos como solidariedade, fraternidade e colaboração constituirão a pedra de toque a inspirar e conduzir toda a nossa atuação”.

Paulo Velten destacou que uma atmosfera de paz, segurança e justiça depende de instituições fortalecidas, respeitadas, que gozem da confiança pública para assegurar esses valores. É reforçou que a instituição central nesse processo, não pode haver dúvida, é o Poder Judiciário, que depende do trabalho diário e do compromisso de cada um de seus membros, juízes e servidores.

“Instituições são feitas por pessoas. Quando estas falham, as instituições se enfraquecem e soçobram. Seu fortalecimento, por outro lado, pressupõe um compromisso diuturnamente renovado, uma percepção altruística, de que vale a pena fazer a coisa certa, pelos motivos certos, de que a fé na Justiça e no Direito não podem dar lugar a uma burocracia interna, a interesses pessoais e corporativos com agenda própria, nem sempre coincidentes com os da sociedade”.

Lembrou que o pioneiro da nova história institucional e Prêmio Nobel de Economia de 1993, Douglass North, já advertia sobre a importância de o Estado possuir instituições eficazes, estabelecendo uma relação direta entre esses fatores e o desenvolvimento econômico eficaz de uma Nação. Para North – lembrou o presidente – só irão progredir os países que desenvolverem instituições sólidas.

EFICIÊNCIA

“Portanto, se queremos um Poder Judiciário melhor, devemos ampliar e acelerar o nosso esforço de aprimorar nossas instituições republicanas, e, naquilo que nos compete, trabalhar para melhorar o nível dos serviços prestados pela Justiça de nosso Estado. E somente com a boa administração da Justiça é que teremos uma corte geradora de confiança, eficiente e eficaz (eficiência que tem a ver com o meio, com o processo. E eficácia que diz respeito ao fim, ao resultado)”, esclareceu.

O presidente do TJMA disse ser preciso melhorar a qualidade dos serviços do Judiciário num menor intervalo de tempo e prosseguir com a tarefa de efetivação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, implementando ações de equalização da força de trabalho e na alocação de recursos na área de infraestrutura e tecnologia, finalizar o esforço de digitalização integral do acervo de processos físicos e incrementar os instrumentos de inteligência artificial, visando ao aprimoramento do serviço e a redução do tempo de resposta e do estoque de processos.

Contou ser intenção da nova gestão, por outro lado, facilitar a introjeção por todos os magistrados no seu cotidiano do princípio da autoadministração, disponibilizando-lhes instrumentos de gestão baseados em desempenho, resultado, boa governança, responsabilidade e accountability.

“Não há espaço mais para o juiz que não entende que gestão judicial não seja sua atribuição, a qual deve ser compreendida a partir de uma dupla dimensão, não só a gestão decisional, a que ocorre no âmbito do processo judicial, mas também a gestão da sua unidade de trabalho, para o que é nosso compromisso dar-lhes maior autonomia, com o apoio de quadros técnicos qualificados, detentores de conhecimentos mínimos de governança e liderança de equipes, que saibam trabalhar com metas e organização de processos, que sejam treinados para atender bem às partes e aos advogados, reconhecendo-os como cidadãos à procura de seus direitos, jamais como um estorvo para seu trabalho”, orientou o presidente.

Acrescentou que, não ocorrendo isso, a consequência trágica desse processo é a degradação da função jurisdicional e a queda do grau de confiabilidade pública no Judiciário, o que não pode ser permitido. “Aprimorar o Judiciário, tornando-o cada vez mais eficaz, é nosso desafio, a partir dos eixos aqui expostos. Avançar nisso será nosso propósito diuturno. Muito obrigado”, finalizou Paulo Velten. (Ascom/TJMA)

Ascom/TJMA – Ribamar Pinheiro



Desembargador Paulo Velten

Inclusão

TJMA e Senac iniciam primeiras turmas de cursos profissionalizantes para LGBTQIA+

A unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de Santa Inês é a primeira do Maranhão a receber alunos LGBTQIA+ para cursos técnicos com vagas gratuitas, por meio da parceria firmada com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Assinado no mês de abril, o Termo de Cooperação Técnica foi viabilizado pelo Comitê de Diversidade do TJMA, que tem como um dos seus eixos de atuação, o combate a LGBTQfobia.

De acordo com a gerente do Centro de Educação Profissional de Santa Inês, Nájla Michelle de Vasconcelos Souza, os oito alunos enviados pela ONG Unidos pelo Vale LGBT (UPV LGBT) foram matriculados nos cursos ofertados para o público geral, dos quais foram destinadas duas vagas gratuitas ao público LGBTQIA+ nas áreas de Operador de Caixa: qualidade na linha de frente; Preparando-se para o Mercado de Trabalho, Práticas Administrativas e Introdução à Informática. Seis alunos já estão em sala de aula e dois aguardam o início para este mês de maio.

A jovem Jenny Pereira Marques foi uma das matriculadas no curso Operador de Caixa e disse que a iniciativa é uma ótima oportunidade para pessoas trans conseguirem se profissionalizar de forma gratuita em uma instituição de renome como o Senac. “Estou adorando o curso e me trataram muito bem, respeitando meu nome social e meus pronomes. Fiquei



emocionada quando o professor falou meu nome na hora da chamada. Muito importante essa parceria do TJMA, Senac e ONG UPV”, afirmou Jenny.

Por meio da oferta de cursos, o Senac assume um importante papel social para promover a educação inclusiva, conforme a gerente do Centro de Educação Profissional de Santa Inês. “A educação é um instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais, e propor princípios voltados para o desenvolvimento social e pessoal dos nossos alunos. Por isso a nossa equipe está muito feliz por iniciar este trabalho dentro do nosso Estado”, concluiu Nájla Michelle de Vasconcelos Souza.

As vagas foram preenchidas por meio da ONG Unidos pelo Vale LGBT (UPV LGBT), que é de Santa Inês e tem como presidente Eriveth Teixeira. Para ela, a oferta dos cursos ofereceu um leque de possibilidades na formação e qualificação profissional. “A parceria trouxe alegria e revigorou quem estava desacreditado e desacreditada vivendo às margens da exclusão

social”, considerou a dirigente.

COOPERAÇÃO

O Termo de Cooperação Técnica entre as instituições foi assinado no dia 5 de abril. Os cursos serão oferecidos nas Unidades Operativas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias, Santa Inês e de outras unidades do Senac instaladas no Estado do Maranhão.

O coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, enfatizou que o trabalho em conjunto com o Senac é resultado de um diálogo com os movimentos sociais representativos da comunidade LGBTQIA+.

“Dentro dessa dinâmica, contamos com a divulgação e coleta de dados por meio dos movimentos sociais, que repassaram os nomes das pessoas interessadas para o Comitê enviar às unidades do Senac, conforme as vagas disponíveis”, pontuou o magistrado.

A comunidade LGBTQIA+ está inserida no público-alvo

da Política de Diversidade do Judiciário maranhense, conforme Resolução 47/2020 que instituiu o Comitê de Diversidade do TJMA, que tem como um dos eixos de atuação o combate a LGBTQfobia.

No Termo, o Senac disponibilizará, de forma gratuita, duas vagas, por turma, nas referidas unidades, nas programações de cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada na modalidade presencial.

Os cursos abrangem as demandas apresentadas pelo público LGBTQIA+, conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedhipop) e Organizações Não Governamentais em 28 municípios maranhenses.

Para viabilizar as inscrições, o Senac encaminhou ao Comitê de Diversidade do TJMA as programações de cursos, inclusive pré-requisitos, quando necessários, para a inscrição e matrícula. O Senac vai fornecer o material didático, proceder as avaliações de rendimento dos alunos e, ao término dos cursos, expedir a certificação de conclusão.

A coordenadora adjunta do Comitê, juíza Elaile Carvalho Silva, reforça que a parceria inaugura um reforço à promoção da diversidade, uma vez que oportuniza que pessoas integrantes da comunidade LGBTQIA+ se qualifiquem para terem mais oportunidade no mercado de trabalho.

Pleno do TJMA aprova remoção e indicação de juízes

Os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa dessa quarta-feira (4), removeram juízes pelos critérios de merecimento e antiguidade.

Pelo critério de merecimento, os membros da Corte aprovaram a remoção do juiz Alexandre Magno Nascimento de Andrade, titular da Comarca de Igarapé Grande para a Comarca de Icatu, ambas de entrância inicial.

Pelo critério de antiguidade, foi aprovada a remoção do juiz Luiz Emílio Braúna Bittencourt Júnior, titular da 1ª Vara da Comarca de Chapadinha, para a 1ª Vara da Comarca de São Mateus do Maranhão, ambas de entrância intermediária.

TURMA RECURSAL

Na mesma sessão plenária administrativa, os membros da Corte de Justiça aprovaram a indicação do juiz Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho, titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas, de entrância intermediária, para membro titular da Turma Recursal do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão com sede na Comarca de Balsas, pelo critério de antiguidade.

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 28/2022 Processo nº 11.451/2022		
Objeto: Registro de Preços objetivando a Aquisição de água mineral com vistas a suprir as demandas do Poder Judiciário do Maranhão; Abertura: 19/05/2022 às 10:00hs (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fone: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís/MA, 03 de maio de 2022. Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA.		